

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores
Senhoras e senhores Deputados Regionais
Senhor Presidente, Senhora e Senhores membros do Governo Regional

Em Novembro de 1998, o VII Governo Regional dos Açores aprovou o Plano Regional de Emprego, um documento estratégico com vigência até 2006 que materializou a adopção de um vasto conjunto de medidas nos domínios da formação profissional, do emprego e do sistema de protecção social.

Ao ter em linha de conta a realidade demográfica e a perspectiva sócio-económica da Região, e ao proceder a uma caracterização precisa do desemprego - na altura marcado pelo desemprego juvenil não qualificado e pelo desemprego estrutural - o plano em causa avançou com respostas de fundo inovadoras e com uma visão prospectiva das questões ligadas ao emprego. Reflectindo, assim, a perspectiva integrada com que a esquerda sempre abordou as políticas criadoras de emprego, o que permitiu à Região alcançar um enorme sucesso na integração social e no combate à pobreza.

Com efeito, a abordagem da problemática da exclusão social e da pobreza tem um significado acrescido quando nos encontramos numa Região onde, infelizmente, estas questões eram negligenciadas até 1996. O conformismo reinante na altura foi complacente com uma abordagem conservadora e caritativa de fenómenos gravíssimos de exclusão e desintegração social.

Felizmente as coisas mudaram!

Desde o início da sua governação que o PS teve uma estratégia muito clara para o desenvolvimento dos Açores. Uma estratégia onde se combateu diversos défices de modernização e se prova, a cada dia que passa, que é possível compatibilizar: a reestruturação e o crescimento do tecido económico; o aumento da qualificação da sociedade e do emprego; o crescimento sem paralelo da protecção social e do combate à pobreza e à exclusão; uma forte consciência ambiental; a democratização generalizada dos sectores da Administração e da sua relação com os cidadãos; a promoção de novos instrumentos de combate às desigualdades; conjugando ainda novos elementos inovadores nos domínios da ciência, das tecnologias e da fruição cultural.

É por isso que afirmamos que estamos a Mudar os Açores!

Exemplificando com o caso particular do emprego, e entendendo o desemprego como a principal causa de exclusão social, promoveu-se o surgimento, se paralelo, de diversas medidas operacionais, tais como: a criação de programas de diversificação da formação e inserção de jovens no mercado de trabalho; um programa de apoio ao emprego de jovens licenciados e outro de apoio aos jovens formados em cursos tecnológicos; um programa de combate ao desemprego estrutural e outro de luta contra o desemprego de longa duração; um programa de direccionado para suprir as fortes carências de qualificação dos recursos humanos na área das pescas; um outro programa de apoio a desempregados de muito longa duração e em acentuado risco de exclusão social; e ainda de um novo conceito de mercado social de emprego.

Isto para além da criação de quatro medidas estruturais, fundamentais, para uma correcta gestão e acompanhamento do desemprego: o Observatório do Emprego e da Formação Profissional; As Agências para a Qualificação e Emprego; a Rede de Informação Juvenil; e ainda o conselho Consultivo da Formação Profissional.

- A Região não é a mesma depois da entrada em pleno funcionamento de um dispositivo de formação inserido no ensino regular que associa a escola ao mundo empresarial visando o combate ao desemprego juvenil.
- A Região não é a mesma depois de se ter revolucionado o ensino profissional, passando de 430 jovens formandos em 4 estabelecimentos no ano de 1996, para 6000 jovens formandos em 17 estabelecimentos no final do ano lectivo 2001/2002.
- A Região não é a mesma depois de se ter atingido a cifra de 40958 activos formados pelo sector público e por inúmeras parcerias com entidades credenciadas.

- A Região não é a mesma depois de se ter procedido à contratualização com diversas entidades do sector cooperativo e social de 12 novos programas de luta contra a pobreza, combatendo assim sem precedentes a marginalidade e a exclusão social.
- E a Região não será a mesma, quando em finais de 2004, e no conjunto dos dois mandatos governativos do PS, se tiver criado mais de 17000 novos empregos e se tiver reduzido o número de beneficiários de rendimento mínimo para 50% do valor máximo entretanto atingido
- A Região não será a mesma, quando em 2005 o futuro governo regional do PS tiver canalizado para as políticas de qualificação e formação o reforço financeiro proveniente das reservas de eficiência atribuído por Bruxelas como prémio de boa gestão dos fundos comunitários nos Açores.
- A Região não será a mesma, quando, em 2006, se tiver desenvolvido a totalidade das medidas constantes no Plano Regional de Emprego e se garantir que nenhum jovem açoriano abandone o sistema educativo sem uma qualificação profissional específica e habilitante.

Mas o melhor exemplo para aferir o sucesso das políticas de criação de emprego encetadas pelo PS, passa por observar a evolução da taxa de desemprego nos Açores nos últimos sete anos.

Assim, em 1996 a taxa de desemprego situava-se nos 6.3%, em 1997 baixou para 5.6%, em 1998 diminuiu para 4.5%, em 1999 volta a baixar para 3.3%, em 2000 desce novamente para os 3%; em 2001 ainda mais uma descida para os 2.4% e finalmente em 2002 a queda para um impressionante registo de 2.2%. Ou seja, uma taxa de desemprego tecnicamente quase de pleno emprego e, no caso das ilhas com maior estruturação económica, dominada por um saudável desemprego friccional.

Contudo, e para melhor precisar todo esse sucesso, torna-se necessário uma análise mais ampla a diversos outros factores, destaco quatro.

Em primeiro lugar, a liderança e a correcta gestão de expectativas que o Presidente do Governo Regional dos Açores em particular e o Governo em geral têm tido a capacidade de preservar. Um exemplo por demais evidente quando comparado com o actual PM, hoje claramente – com resultados comprovados - o principal agente de desconfiança e de pessimismo que grassa no Continente

Em segundo lugar, a confiança induzida pela estabilidade parlamentar que o PS tem sabido gerir de forma não musculada mas sim determinada e responsável. A maioria absoluta do PS, tem sido um garante fundamental da sustentabilidade financeira e da credibilidade da Região Autónoma dos Açores.

Em terceiro lugar, a confiança e o dinamismo crescente do investimento privado, hoje o maior factor de rejuvenescimento empresarial e de crescimento económico. O que coloca o desenvolvimento dos Açores cada vez menos dependente do Orçamento Regional, uma nova realidade que o PSD ainda não se apercebeu.

E em quarto lugar, o clima de liberdade e tolerância que provocou um ambiente de decompressão da sociedade açoriana. Um velho apanágio do PS que se manteve depois de 1996, deixando de prevalecer o cartão laranja e não passando a existir outro cartão qualquer como garantia preferencial.

Senhor Presidente
Senhores Deputados
Senhores membros do Governo

A globalização da economia, as mutações tecnológicas desenvolvidas a um ritmo cada vez maior, designadamente, no domínio da informação, as reestruturações industriais e ainda a dinâmica com que presentemente se cria e destrói o emprego, conduzem a alterações no mercado de trabalho e à reformulação do equilíbrio entre flexibilidade e segurança no trabalho. Todas estas transformações oferecem novas oportunidades para os trabalhadores com maior adaptabilidade e empregabilidade, acabando inevitavelmente por marginalizar aqueles que se mostram incapazes de se adaptar aos novos modelos de organização do trabalho ou que,

simplesmente, não estão preparados para adquirir as competências exigidas pelas novas tarefas da economia do conhecimento.

Esta realidade contemporânea, que por vezes em alguns dos seus aspectos mais perversos se parece acentuar, implica um enorme esforço organizativo por parte da administração regional nos domínios, entre outros, do acompanhamento do emprego e da gestão da formação profissional.

A este propósito, há uma linha de análise que vale bem a pena ser aqui invocada. Com efeito, torna-se verdadeiramente impressionante, ou melhor escandaloso, confrontar a estrutura governativa e departamental que no Arquipélago da Madeira trata o equivalente ao núcleo de competências da Direcção Regional de Juventude, Emprego e Formação Profissional do Governo Regional dos Açores.

- Na Madeira existem 4 Directores Regionais, contra um nos Açores
- Na Madeira existem 5 Subdirectores Regionais contra zero nos Açores;
- Na Madeira existem 14 Directores de Serviços contra 5 nos Açores;
- Na Madeira existem 30 Chefes de Divisão contra 10 nos Açores
- Na Madeira existem 40 Chefes de Secção contra 2 nos Açores, repito, a Madeira possui 40 Chefes de Secção contra 2 nos Açores.
- A Madeira possui ainda mais do triplo, 155, dos técnicos superiores existentes nos Açores, 49.
- Resta apenas lembrar, conforme todos sabem, que a Madeira possui apenas duas ilhas contra nove nos Açores.

Fica assim bem ilustrado a forma rigorosa, contida - do ponto de vista da despesa - e altamente eficiente, no plano do custo benefício, com que os Açores têm sido geridos pelo PS. E fica também provada a forma injusta e demagógica com que a oposição de direita, aqui nos Açores, recorrentemente critica o despesismo do Governo Regional. É mesmo caso para dizer: os senhores olhem primeiro para dentro de casa antes de abrirem a boca!!!



Senhor Presidente
Senhores Deputados
Senhor Presidente, Senhores membros do Governo

O Partido Socialista-Açores e o seu Governo continuarão, disso estamos seguros, a lutar por uma sociedade mais justa, na qual todos contam, onde todos têm uma oportunidade e onde todos têm um papel a desempenhar, é esta, em nossa opinião, a verdadeira impressão digital do projecto governativo do PS. Um projecto com testemunho nos últimos seis anos e meio de governação.

Um passado que não pode ser esquecido!
Um passado que não vai ser esquecido!!!

Termino reafirmando que o Partido Socialista sempre pugnou pela defesa dos mais carenciados e desfavorecidos, é por isso que a luta contra a pobreza e a exclusão representa para nós um desafio permanente, passando sempre por uma abordagem multidisciplinar e horizontal, devidamente articulada com outras áreas governativas. É por isso que os socialistas afirmam a prioridade ao emprego e ao crescimento económico multipolar e durável.

É isso que temos feito e é isso que vamos continuar a fazer.

Disse!

Sala das Sessões

Horta, em 10 de Abril de 2003

O DEPUTADO DO PARTIDO SOCIALISTA

JOSÉ CARLOS SAN-BENTO